

VIOLÊNCIA E AMEAÇAS À PAZ NA AMÉRICA DO SUL: UM ESTUDO DE CASO DO EQUADOR E PERU (2006 – 2013)

VIOLENCE AND THREATS TO PEACE IN SOUTH AMERICA: A CASE STUDY ON ECUADOR AND PERU (2006 – 2013)

THEO ANTÔNIO RODRIGUES SANT'ANA ¹

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

E-mail: theo.a.rod.san@gmail.com

MARCOS ALAN SHAIKHZADEH VAHDAT FERREIRA ²

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

E-mail: jpreiss.ez@terra.com.br

Resumo: Este trabalho utiliza o aporte teórico de Estudos de Paz para analisar as ameaças à paz e potenciais conflitos no Equador e Peru. Pontes entre as disciplinas de Estudos de Paz e Relações Internacionais são mostradas por uma comparação entre ambas, seguidas de uma breve exposição dos problemas de segurança contemporâneos da América Latina. São feitos os estudos de caso descritivos do Equador e Peru, utilizando dados qualitativos e quantitativos de instituições especializadas no estudo de conflitos, e a conclusão apresenta uma análise do quadro geral. Conclui-se que ambos os países vivenciam crises violentas, caracterizadas por protestos, repressões violentas, crime organizado e grupos armados. “Novas ameaças” de segurança figuram ameaças reais dos países. A crise é pior no Peru, o que oferece risco ao Equador.

Palavras-chave: Estudos de Paz, Equador, Peru, estudo de caso, ameaças à paz.

Abstract: *This work uses the Peace Studies theoretical framework to analyse threats to peace and potential conflicts in Ecuador and Peru. Links between the disciplines of International Relations and Peace Studies are shown by a comparison between both, followed by a brief explanation on security issues in contemporary Latin America. Descriptive case studies on Ecuador and Peru are carried on using both qualitative and quantitative data from skilled conflict research institutions, followed by an overview analysis. It's concluded that both countries experience violent crises, characterised by protests, violent repression, organised crime and armed groups. “New threats” on security pose the nations' real threats. Peru is blown harder, which offers a risk to its Ecuadorian neighbours*

Keywords: *Peace Studies, Ecuador, Peru, case study, threats to peace.*

¹ Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq e graduando em Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

² Docente do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Introdução

Este trabalho é um estudo de caso sobre os conflitos e ameaças à paz para o Equador e o Peru no período de 2006 a 2013, considerando referenciais teóricos de Estudos de Paz e contextualizando os cenários do Equador e Peru nas “novas ameaças” à segurança. Para tanto, são analisados dados de instituições especializadas no estudo de conflitos. O trabalho é dividido em 6 partes. Após esta introdução, a seção Estudos de Paz e Relações Internacionais esclarece conexões entre essas duas disciplinas e seus objetos de estudo, contextualizando-os também com os de Estudos Estratégicos e Ciências Políticas, segundo Wiberg (2005). Paz, segurança e ameaças na América Latina oferece uma visão dos atuais problemas relativos a segurança na América Latina, contrapondo-os a uma visão crítica de Estudos de Paz sobre o tema. Em Considerações Metodológicas das Fontes Abordadas são apresentadas as bases de dados aqui utilizadas e a abordagem sobre esses dados. Estudos de caso do Equador e Peru (2006 – 2013) expõe a consolidação dos dados estudados, com retrospectiva histórica que permite abordar os cenários atuais de maneira crítica. Em Equador: questões específicas e situação atual e Peru: questões específicas e situação atual são categorizadas as situações de Equador e Peru segundo suas condições em 2013.

Estudos de Paz e Relações Internacionais

A disciplina de Estudos de Paz (ou investigações para a Paz) é considerada, assim como alguns Estados-Nação e movimentos pela paz, um ator promotor da paz nas sociedades, (YOUNG, 2013). Isso por a disciplina se orientar segundo valores éticos que buscam a paz e buscar ser “socialmente produtiva”, isso é, se compromete à produção teórica “prospectiva e prescritiva”: que “só fica completa quando promove ativamente o empenho em contribuir para a paz e se traduz em estratégias concretas” (PUREZA e CRAVO, 2005: 8). A disciplina avança pelos estudos empíricos, críticos, e construtivistas. O primeiro coleta e gera dados para bases de validação teórica; o segundo elabora análises históricas e propõe a mudança de quadros segundo

valores normativos; o terceiro compara bases teóricas e valorativas para produzir novas perspectivas (GALTUNG, 1996: 9-10).

Em um sentido estritamente acadêmico, Håkan Wiberg (2005) faz uma comparação útil entre as disciplinas de Ciências Políticas, Estudos Estratégicos, Relações Internacionais e Estudos de Paz, que disputam entre si um território cognitivo. Entendendo que as áreas são vagamente delimitadas e nenhuma é soberana sobre as outras, essas disciplinas apresentam diversos tipos de coligações em departamentos de várias universidades (WIBERG, 2005: 34). Primeiro, sobre a natureza dos campos de estudos e abordagem investigativa, as disciplinas de Estudos Estratégicos e Estudos de Paz se anunciam como “investigação aplicada”, escanteando as outras duas para a condição de “básicas”, puramente acadêmicas; sendo que Estudos Estratégicos têm uma perspectiva nacional (ou nacionalizada) sobre os fenômenos estudados, enquanto Estudos de Paz têm uma perspectiva internacional. Segundo, sobre as disciplinas se inclinarem ao estudo de instituições que determinam a guerra e a paz. Relações Internacionais (RI) é mais abrangente que Ciências Políticas, pois estuda instituições de natureza não estritamente política; e também abarca os objetos estudados por Estudos de Paz, embora essa disciplina seja melhor aplicada que RI para o estudo de fenômenos intraestatais (WIBERG, 2005: 35-6).

Tanto RI quanto Estudos de Paz estudam a *violência*. Em Estudos de Paz, esse estudo decorre das *definições primárias de paz*, que é denominada *negativa* quando entendida em termos da ausência (negação) de guerra e violência, e *positiva* quando entendida em termos da integração e cooperação humana – portanto as pazes negativa e positiva são consideradas duas dimensões distintas (GALTUNG, 1964). Assim, objetos de estudo das RI de maneira ampla podem ser abordados por Estudos de Paz, tanto os que abordam conflito e violência, quanto os que envolvem (construção de) cenários cooperativos.

Quando orientados pelo estudo da *violência*, os Estudos de Paz tripartem esse conceito nas suas dimensões *direta*, *estrutural* e *cultural*: violência direta é a agressão intencional entre atores; violência estrutural (indireta) é a privação, intencional ou não, de recursos (monopólio) através de estruturas e/ou sistemas econômicos e políticos (GALTUNG, 1969); violência cultural são costumes e tradições de uma sociedade que legitimam e reiteram práticas das violências direta e estrutural (GALTUNG, 1990; GALTUNG, 1996: 196-210). Uma forma de identificar a violência estrutural numa sociedade é pela ocorrência de injustiça social (GALTUNG, 1969), em que um

RICRI Vol.3, No.5, pp.136-163.

grupo social – não um indivíduo específico, que seria um caso de violência direta – é vitimado (HØIVIK, 1977: 60). Galtung (1969: 294) aponta que a dimensão direta da violência é um evento observável, a estrutural é um processo a ser identificado, e a cultural é quase uma invariância no sistema. Assim, a dimensão cultural da violência reforça sua ocorrência nas dimensões estrutural e direta; e sua manifestação estrutural também é substrato para sua manifestação direta.

Essas tipificações da violência, aliadas à sua propriedade de latência, auxiliam no estudo da evolução de conflitos³. Boulding (1977: 84) coloca a violência como um fenômeno disruptivo num sistema social “resistência-tensão”, que manifesta a violência quando as tensões superam sua força. A força do sistema envolve hábitos, culturas, tabus, sanções e demais “coisas” que permitem que o sistema aguente tensões sem necessariamente deflagrar a violência; enquanto fatores como estímulo à hostilidade, mudanças relativas de posições sociais ou poder político e corridas armamentistas tensionam a sociedade de forma dinâmica. Assim, por observação de tensões relativas que deflagram conflitos num sistema e a classificação de suas causas profundas, os Estudos de Paz dispõem de abordagens eficientes para o estudo de conflitos e problemas sociais com um paradigma não estatocêntrico. Logo, abordar questões relevantes das próprias RI pela ótica dos Estudos de Paz confere uma análise apurada no estudo de questões tanto interestatais quanto intraestatais – variando entre questões antropológicas, injustiça social e uso da força.

Paz, segurança e ameaças na América Latina

A questão de segurança flui eminentemente de veios estatocêntricos e, especialmente na América Latina atual, passa pelo embate da adoção das “novas ameaças” (questões de origens sociais, políticas, econômicas, ambientais e energéticas) nas pautas das políticas de segurança dos Estados (SAINT-PIERRE, 2011). No âmbito das relações internacionais pós-Guerra Fria – que

³ Em teoria do conflito, “conflito” é uma contradição básica, a que se pode responder de maneira falha (gerando ou reiterando problemas) ou eficiente (gerando soluções); é potencialmente tanto um obstáculo quanto um meio para a realização da paz e não um problema em si (GALTUNG, 1996: 70-80). Neste trabalho o emprego do termo é no sentido de disputa entre atores com interesses concorrentes.

apresentam bem menos conflitos interestatais⁴ –, países em áreas mais desenvolvidas apresentam maior grau de integrações interestatais, em contraste aos subdesenvolvidos e em desenvolvimento, que tendem a ter problemas graves relacionados à sua ordem e funcionamento interno (HOLSTI, 1995: 330-335). É natural, então, que as fontes de preocupações com ameaças à estabilidade dos Estados na América Latina agora emanem de suas esferas internas. A despeito da controvérsia sobre a adoção dessas ameaças nas agendas de segurança dos países da América Latina (DONADIO e TIBILETTI, 2014: 46-56), temas recorrentes nas próprias Conferências dos Ministros de Defesa das Américas nos derradeiros anos foram terrorismo e grupos armados ilegais; relações entre democracia, segurança e economia; multidimensionalidade/ novas ameaças segundo legislação interna, além de outras questões (DONADIO e TIBILETTI, 2014: 48).

Héctor Saint-Pierre aponta que desafios como os “ambientais, políticos, econômicos e a pobreza extrema, não parecem ameaçar a soberania nem o monopólio legítimo da violência que a garante” (SAINT-PIERRE, 2011: 414), isso é, as bases fundamentais do Estado; sendo esses problemas mais mazelas de democracias ineficientes e soberanias incompletas que variáveis que se encaixem num conceito – não em seu valor semântico, mas epistêmico (SAINT-PIERRE, 2011: 409) – de segurança. Por outro lado, uma análise cuidadosa de Oliver Richmond sobre a construção do sistema internacional atual mostra a desigualdade social (expressa de maneira bem tangível no plano material) como geradora de conflitos, tanto intraestatais quanto internacionais (RICHMOND, 2015, *passim*); de forma que economias que agravam reiteradamente a desigualdade tendem a apresentar linhas cada vez mais securitizadas entre os desiguais, podendo gerar dilemas de segurança e escalada de tensões políticas (RICHMOND, 2015: 6).

A abordagem crítica de Richmond (2015) permite uma compreensão aprofundada sobre a injustiça social e suas implicações em conflitos e quadros de crise (tanto internacionais quanto intraestatais). Os temas inerentes às “novas ameaças”, ainda que não se encaixem num conceito tradicional de segurança, relacionam-se fortemente com a ocorrência de fenômenos que ameaçam a paz em vários níveis e são importantes para o entendimento de conflitos e ameaças à paz. É importante o estudo e compreensão diversificados da violência, pois este fenômeno dificilmente é extinguido sem a ação sincrônica para sua erradicação em todos os seus níveis (GALTUNG,

4 Inclusive entre países da América do Sul (cf. BUZAN e WEAVER, 2003: 304-342).

1990) – embora as soluções de problemas fiquem mais complexas ao se considerar aspectos estruturais e culturais da violência. Sem a compreensão ampla dos problemas presentes, uma análise efetiva para futuros conflitos, crises, ameaças e suas causas inerentes ficaria comprometida.

Considerações Metodológicas das Fontes Abordadas

As bases de dados utilizadas nesta pesquisa provêm informações que viabilizam estudos pertinentes à soberania, uso da força, segurança multidimensional e societal, processos de politização e securitização, conflitos, violência em suas várias dimensões e, conseqüentemente, a paz – especialmente para estudos que não têm o Estado-Nação como objeto central de estudo (FERREIRA e SANT'ANA, 2015). As bases utilizadas e seus institutos elaboradores são: *Citizen Security Database* – Instituto Igarapé; *Conflict Analysis Framework* – Banco Mundial; *Conflict Barometer* – Heidelberg Institute for International Conflict Research (HIIK - Universidade de Heidelberg); *Fragile States Index* – The Fund For Peace (FFP); *Insight Crime* – Insight Crime Foundation; *Political Risk Service (PRS)* – PRS Group; e o *UCDP/PRIO Armed Conflict Dataset* – Uppsala Conflict Data Program (UCDP). Quando apresentados dados gerais ou referentes à metodologia de uma das bases, eles são seguidos da abreviação dessa base entre parênteses.

Foi usado o R (R CORE TEAM, 2015) para a lida de dados quantitativos: manipulação e exploração de planilhas (*datasets*), operações matemáticas simples e algumas estatísticas descritivas básicas⁵. Abaixo, algumas considerações centradas nas bases e seus institutos elaboradores.

O *Citizen Security Database* (Base de Dados de Segurança Cidadã), elaborado pelo *think-tank* Instituto Igarapé, é uma base de dados especializada em catalogar ocorrências de políticas pró-segurança cidadã. As informações do *Citizen Security Database* ajudam a mapear atividades políticas corretivas e preventivas de violência no Equador e Peru. Foram salvos os dados

5 Cf. “Medidas Descritivas” (BARBETTA, 2014: 91-112).

disponíveis em texto plano para o Equador e Peru durante os anos de 2006 a 2013⁶. Fontes primárias indicadas são referenciadas e, quando não há indicação ou acesso a elas, resumos dados pela própria base são considerados como fonte primária.

O Departamento de Desenvolvimento Social do Banco Mundial disponibilizou em 2005 a metodologia para análise de cenários de conflitos do *Conflict Analysis Framework* (CAF), que realizou estudos pretéritos a esse ano. Embora não haja referências ao Equador e Peru no âmbito do CAF, dados atuais foram analisados seguindo a metodologia de 2005 e incluídos nesse trabalho. O *Screening Process* do CAF (CPR, 2005: 6) considera nove variáveis para as análises de risco dos países: *conflito violento nos derradeiros 10 anos*, *conflitos regionais ativos*, *militarização*⁷, *instabilidade política*, *baixa renda nacional per capita*, *alta taxa de desemprego juvenil*⁸, *alta dependência de exportação de commodities*, *restrição de liberdades civis* e *dominância étnica*.

Houve algumas limitações das fontes recomendadas pelo *Screening Process* (CPR, 2005: 19 *et seq.*) relativas a algumas variáveis. As fontes indicadas para análise de *dominância étnica* e *instabilidade política* não estavam atualizadas para o recorte temporal dessa pesquisa. A atualização da literatura dispensa a análise sobre a *alta dependência de exportação de commodities*. É importante observar o viés da fonte que elabora os dados sobre restrições de liberdades civis. O trabalho no qual o CAF fundamenta o uso da variável de alta dependência de exportação de commodities é uma versão do *paper* “*Greed and grievance in civil war*” de Collier e Hoeffler (2000), processado pelo Grupo de Desenvolvimento de Pesquisa do Banco Mundial

6 Foi feita a plotagem de apenas valores dos anos 2006 a 2013 no eixo x, e apenas os países Equador e Peru no eixo y, no Citizen Security Database. Disponível em: <<http://www.igarape.org.br/pt-br/base-de-dados-de-seguranca-cidada/>>. Acesso em: 24 de abril de 2015.

7 Medida pelo percentual da Renda Nacional Bruta (RNB) destinado a gastos militares nos países. O Equador e Peru têm gastos médios aproximados de respectivamente 2,7% e 1,3% de suas RNBs (2006 – 2013). Enquanto o Equador apresenta um declínio desses gastos desde 2011, o Peru apresenta um aumento, ambos de aproximadamente 0,3 pontos percentuais. Disponível em: <<http://www.planificacion.gob.ec/tag/plan-ecuador/>>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

8 Estimativa pelo Banco Mundial do percentual nacional da população jovem economicamente ativa desempregada (note que faltam dados do Peru nos anos de 2006, 2008 e 2010). Pela coerência entre os dados do Fragile States Index e o Banco Mundial para descrição da mesma situação, optou-se por utilizar apenas a primeira. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador/SL.UEM.1524.NE.ZS>>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

em 2002. Além de apresentar grande viés para países em guerra civil na África⁹, o trabalho foi pesadamente criticado pela fragilidade dos resultados obtidos para a questão da dependência de commodities (cf. FEARON, 2005) e relatórios posteriores que revisitam o tema daquele trabalho de 2000 sequer mencionam a variável em questão¹⁰. Vale citar que a *Freedom House*¹¹, fonte utilizada para medir as restrições de liberdades civis – classificando-os entre “livres”, “não livres” e “pior do pior” –, é contrária a iniciativas contra a mídia que tenham base em leis restritivas a calúnia, difamação e injúria penal (consideradas restrições à capacidade crítica dos jornalistas); o que substancia algumas acusações sérias a líderes políticos nessa fonte.

O *Conflict Barometer* (CB) é uma publicação anual pelo *Heidelberg Institute for International Conflict Research* (HIIK)¹², que reporta conflitos identificados no mundo por esse instituto. Cada edição apresenta panoramas globais e regionais. Cada seção regional contém uma relação classificando os conflitos ativos em cada país dentre cinco categorias gradativas¹³: *disputa*, *crise não-violenta*, *crise violenta*, *guerra limitada* e *guerra*. Toda edição informa o ano de início de cada conflito listado, suas tendências (se teve início ou fim no ano da presente edição, se piorou, estagnou, ou melhorou em relação ao ano anterior), e eventualmente discorre explicações complementares sobre alguns casos. Foram feitas planilhas a partir da leitura das edições de 2006 a 2014 do CB, para facilitar a análise dos casos e plotagem gráfica sobre a ocorrência de conflitos.

Elaborado pelo *Fund For Peace*, o *Fragile States Index* (FSI) – Chamado *Failed States Index* até 2013 – cria um ranking dos países com maiores índices de instabilidade (“países frágeis”), propondo a discussão das condições que levaram os Estados àquela condição e direcionar ações

9 Que não é uma falha metodológica em si, mas não auxilia o escopo desta pesquisa.

10 Cf. “Riots, coups and civil war: revisiting the greed and grievance debate”. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/2007/11/8691295/riots-coups-civil-war-revisiting-greed-grievance-debate>>. Acesso em: 28 de abril de 2015.

11 Site: <<https://freedomhouse.org/>>. Acesso em 15 de abril de 2015.

12 Sobre o HIIK e o Conflict Barometer: <<http://www.hiik.de/en/index.html>>. Acesso em: 24 de abril de 2015.

13 Nomenclaturas e metodologia em: <<http://www.hiik.de/en/methodik/index.html>>. Acesso em: 26 de abril de 2015.

para a superação geral delas (FFP, 2014: 8)¹⁴. É composto de doze índices, dos quais quatro são de natureza social, dois de natureza econômica e seis de natureza política/militar; respectivamente relacionados a: *pressões demográficas, refugiados e deslocados, conflito entre grupos, migração e fuga de cérebros, desenvolvimento econômico desigual, pobreza e declínio econômico, legitimidade do Estado, provisão de serviços públicos, direitos humanos e Estado de Direito, aparato de segurança, polarização de elites, e intervenção externa*¹⁵. Para interpretar dados do FSI, saber que quanto pior a condição da variável abordada, maior o valor de seu índice. O ranking é ordenado de forma decrescente, ou seja, o primeiros lugares vão para os países mais instáveis da lista (de índices mais elevados). Cada um dos índices varia numa escala de 0 (situação ótima) a 10 (situação deplorável), cuja soma total é utilizada para a elaboração dos rankings anuais.

Após uma reestruturação dos dados do *Fund For Peace*¹⁶, cada índice tem um total de oito observações para cada país (anuais de 2006 a 2013, do Peru e Equador). Assim, o progresso de cada variável pôde ser analisada para cada país através de *time-series*.

O *Insight Crime*¹⁷, produzido pela *Insight Crime Foundation*, é uma fonte jornalística especializada sobre atividade criminal na América Latina, que elabora publicações, artigos críticos, relatórios especiais e mapeamento de perfis de alguns países e atores de destaque, sendo útil aqui por ter dados sobre o Peru.

O *Political Risk Service* (PRS), elaborado pelo *PRS Group*, é um dos sistemas mais amplamente aceitos de previsão política¹⁸, provendo modelos de risco político para tomada de decisões e

14 Em 2006 são contados 146 países; nos anos de 2007 a 2011, são contados 177 países; e nos anos de 2012 e 2013 são contados 178 países, nas planilhas anuais do FSI. Gráficos aqui presentes expõem o dado de 177 países (moda), para facilitar a compreensão.

15 Disponível em: <<http://fsi.fundforpeace.org/indicators>>. Acesso em: 24 de abril de 2015.

16 Cada planilha do FSI, elaborada e publicada anualmente, tem o ranking mundial, nome dos países e índices como variáveis; e cada país corresponde a uma observação. Obtive planilhas com ano, nome dos países e índices como variáveis.

17 Site: <<http://es.insightcrime.org/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

18 Dados do PRS não são disponíveis gratuitamente, mas sua metodologia o é, em seu site, para fins de pesquisa: <<https://www.prsgroup.com/wp-content/uploads/2014/08/prsmethodology.pdf>>. Acesso em 10 de Maio de 2015.

análises aprofundadas sobre processos geopolíticos e financeiros. Relatórios do PRS sobre o Equador e Peru são utilizados para prover dados de históricos políticos e processos conjunturais.

Por fim, o *UCDP/PRIO Armed Conflict Dataset* fornece dados sobre conflitos armados, como data de início e fim, atores envolvidos, magnitude do conflito, localidade, etc., no formato de *dataset*. Um conflito é definido como “uma disputa causada por incompatibilidade entre governo (governança) e/ou territórios, onde o uso de força armada entre dois atores, dos quais ao menos um é um Estado, resulta em no mínimo 25 mortes decorrentes das batalhas” (PETTERSSON e WALLENSTEEN, 2015).

Estudos de caso do Equador e Peru (2006 – 2013)

Começamos acessando dados gerais sobre conflitos no Equador e Peru. A **Tabela 1** apresenta dados do *UCDP/PRIO Armed Conflict Dataset*, sobre a ocorrência de conflitos armados¹⁹ no Equador, Peru e seus países vizinhos. O intervalo de 10 anos é considerado o de maior risco para reincidência de conflitos, enquanto os que ocorrem em países vizinhos apresentam risco de transbordamento fronteiriço de problemas, denominados *conflitos regionais ativos* (CAF).

Tabela 1. Conflitos armados em vizinhos do Equador e Peru (UCDP/PRIO *Armed Conflict Dataset*)

País	Conflito nos últimos 10 anos?	Adversário
Bolívia	Não	
Brasil	Não	
Chile	Não	
Colômbia	Sim	FARC, predominantemente (1964 –)
Equador	Não	
Peru	Sim	Sendero Luminoso (1983 – 2010)

19 Para ser contabilizado um conflito de intensidade menor no *UCDP/PRIO Armed Conflict Dataset*, deve haver mais de 25 mortes associadas a ele. A partir de 1000 mortes, a ocorrência é considerada uma guerra (cf. THEMNER, 2014). Por isso outras fontes apontam um abrandamento, mas não o fim da questão do Sendero Luminoso.

Considerando as fronteiras entre os países, a **Tabela 1** mostra a Colômbia como fonte mútua de riscos para Equador e Peru, e o próprio Peru como mais um fator de risco para o Equador. A **Figura 1** mostra a contagem de conflitos no Peru e Equador segundo edições estudadas do CB, considerando as vezes em que se citou um evento conflituoso envolvendo esses países que não fosse um dos conflitos a eles atribuídos na respectiva edição (menções irregulares).

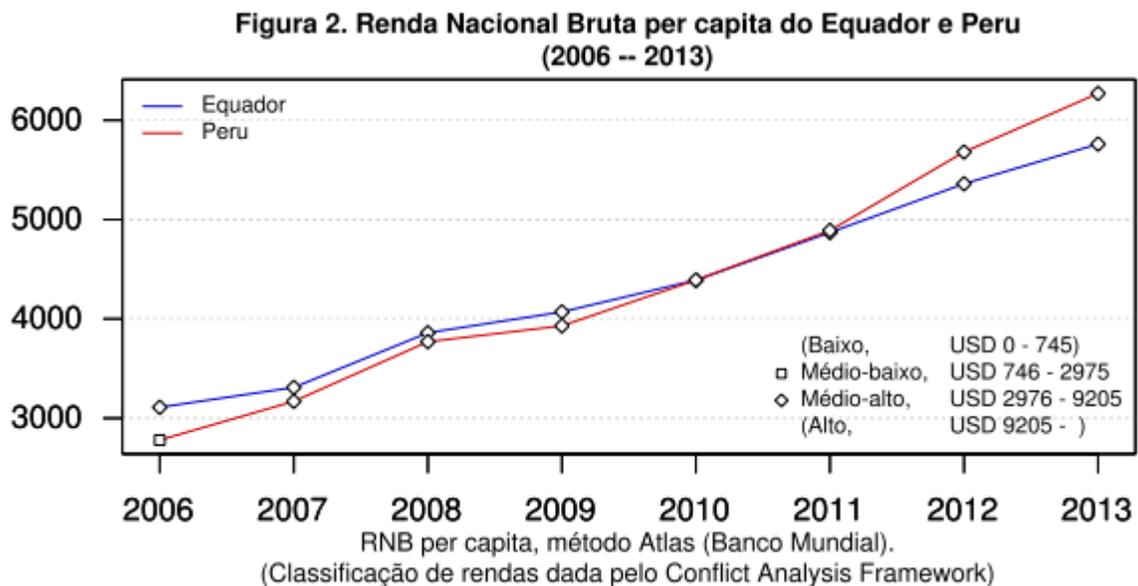


Pelo CB, Questões no Equador são: oposição interna (1980 –) e conflito internacional com a Colômbia (2005 – 2011) (menções irregulares clareadas abaixo). Questões no Peru são: disputa territorial com o Chile (1883 –), conflito com o Sendero Luminoso (1980 –) e oposição interna (2008 –).

Partindo para dados econômicos gerais, a **Figura 2** expõe as Rendas Nacionais Brutas²⁰ (RNBs) do Equador e Peru, fator utilizado pelo Banco Mundial para medir o crescimento econômico dos países. Ainda que ambos apresentem RNBs crescentes, outras questões relativas ao poder econômico dos Estados – dívidas do governo, desemprego, desemprego juvenil e inflação (*pobreza e declínio econômico*, FSI) – indicam que o “desenvolvimento” não tem sido tão estável. Além disso, os índices de *desenvolvimento desigual* ainda se encontram entre os mais

20 Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador/NY.GNP.PCAP.CD>>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

altos do mundo (FSI) – considerando concentração de renda, distribuição rural e metropolitana de serviços, e população habitando favelas.



No geral, o Peru e o Equador vêm experienciando melhoras em suas esferas social, econômica, política e militar, embora o Peru esteja melhor que o Equador (FSI). Cabe observar que nenhum dos dois está entre os países mais estáveis da América Latina. Apesar das melhoras observadas de 2006 a 2013, a situação nesse ínterim é justamente de luta contra problemas de fortes causas estruturais.

Equador: questões específicas e situação atual

O Equador tem território de 270.670km² e população (em 2000) de 12,66 milhões, com grupos de mestiços (65%), indígenas ameríndios (25%), negros (3%), espanhóis e outros (7%) (PRS). Ao longo da história, condições geográficas impediram um desenvolvimento significativo, sendo notável até hoje a sua alta dependência de exportação do petróleo. Apesar da boa conjuntura para sua entrada na OPEP em 1973, os ganhos das exportações de petróleo já não cobriam as despesas das importações em 1979²¹, e 1980 estreou um período de 23 anos de inflação corrosiva à economia. Apesar das dificuldades, os anos seguintes são de relativa estabilidade, flutuando entre governos civis de esquerda e de direita. Em 1995 o país foi abalado por rebuliços internos, o conflito da Cordilheira do Condor (contra o Peru)²², e escândalos de corrupção. Em 1998 houve manifestações contrárias à tentativa de conversão da moeda nacional para o dólar (o que de fato ocorreu em 2000), medida neoliberal desastrosa pelo recém-eleito presidente Jamil Mahuad. A questão chegou a encobrir o sucesso de Mahuad na negociação de paz com o Peru sobre o conflito de 1995 e os desdobramentos das revoltas o levaram a sair do cargo. O avanço do país é incerto, dependendo da solução de problemas históricos de corrupção, dependência na exportação do petróleo, episódios de caos político e fissões sociais (regionais e de classe) (THOMAS, 2006: 541-2).

Uma questão desgastante para o Equador foi seu conflito com a Colômbia (2005 – 2011). Em 2005, o conflito interno do governo colombiano contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) começa a gerar pressões sobre a zona de fronteira com o Equador, que passa a receber grande influxo de refugiados. Acumulam-se pressões: o Equador é várias vezes acusado pela Colômbia de proteger membros das FARC em seu território, alega repetidas vezes a violação de sua soberania por parte do exército colombiano e finalmente abre um processo na OEA, em dezembro de 2006. A situação escala para uma crise violenta em 2007 (HIIK, 2007: 38). Em abril

21 Quando os militares desistiram de governar o país, passando a tarefa aos civis.

22 Única ocorrência de conflito armado envolvendo o Equador pelo UCDP/PRIO Armed Conflict Dataset (PETTERSSON; WALLENSTEEN, 2015).

é anunciado o Plano Equador²³ (contra a virulência do Plano Colômbia), em novembro morrem cerca de 25 guerrilheiros da FARC e um cidadão equatoriano em seu próprio território – todos na mesma ocasião, com envolvimento pontual das Autodefensas Unidas de Colômbia (AUC) (menção irregular do CB) (HIIK, 2008: 47) – e, em dezembro, tropas equatorianas são mobilizadas para a fronteira norte.

Em março de 2008 as relações diplomáticas com a Colômbia são suspensas (dentre outros desentendimentos), embora as de teor básico já se restabeleçam em junho (HIIK, 2008: 48). Apesar de um confronto entre o exército equatoriano e as FARC em janeiro de 2010 – envolvendo morte e prisão de guerrilheiros em zona de fronteira (menção irregular do CB) (HIIK, 2010: 45) –, a situação entre os governos melhora ao fim do ano. Ao fim de 2010 as condições equatorianas para restabelecimento de relações entre os países foram cumpridas pela Colômbia²⁴, restabeleceram-se as relações diplomáticas (em novembro) e os países mudaram seus embaixadores (em dezembro). Em 2011, os governos comprometeram-se em melhorar as relações (em maio), fortaleceram trabalhos da comissão para cooperação binacional (em julho), assinaram diversos tratados para cooperação em questões de segurança e outros temas (em setembro) e, pela primeira vez desde 2008, o presidente da Colômbia visitou o do Equador (em dezembro) (HIIK, 2012: 57).

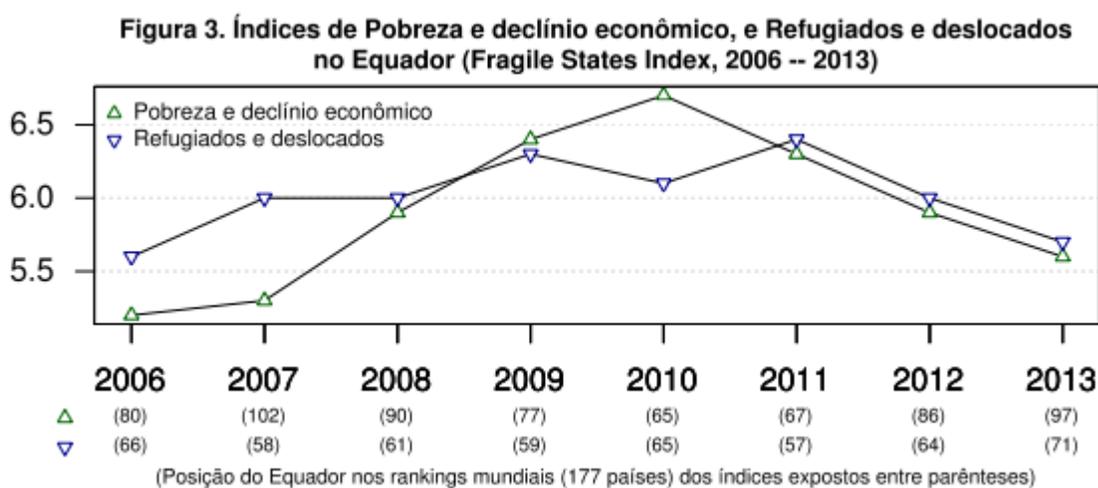
Focos das políticas de governo equatorianas de 2006 a 2013 são sobre as situações de refugiados e capacidade econômica do país, cujos progressos são representados na **Figura 3**²⁵. A importância dedicada à questão dos refugiados se expressa nas realizações: do Plano Equador

23 Plano nacional para proteção dos cidadãos equatorianos contra o problema das drogas na fronteira norte, que também que atua para melhorar condições estruturais básicas da região Disponível em: <<http://www.planificacion.gob.ec/tag/plan-ecuador/>>. Acesso em: 19 de outubro de 2015.

24 Que eram: fim das acusações de envolvimento do governo equatoriano com as FARC, aumento de presença militar colombiana em zona de fronteira para aumento da segurança na área, dação de detalhes sobre o incidente de 2008, dação de informações contidas em computadores confiscados das FARC e apoio financeiro ao ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) para assistência aos refugiados colombianos no Equador (HIIK, 2012: 57).

25 O CB e o PRS são fontes que evidenciam esses focos. O coeficiente de Pearson para esses índices (FSI) é $r = 0,754$.

(início de 2007); o projeto “Registro Ampliado”, com a ACNUR (fim de 2009)²⁶; a pressão para apoio colombiano ao ACNUR (fim de 2010); e um programa para fortalecimento da paz e desenvolvimento na fronteira, de 2007 a 2012²⁷. A condição político-econômica do país, por sua vez, é melhor entendida pela análise da presidência durante o período.



De 2006 a 2013, houve dois presidentes no comando do Equador (mandatos de quatro anos, iniciados ao começo do ano): Alfredo Palacio (2005 – 2006) – vice de Lucio Gutiérrez –, político independente de inclinação liberal; e Rafael Correa Delgado (2007 –), líder do partido político socialista Alianza PAIS (Patria Altiva y Soberana) (PRS).

Em 2007, Correa rompe com medidas do governo anterior: pela revisão restritiva de negócios com investidores estrangeiros de petróleo e mineração; negação definitiva de tratados de livre-comércio com os EUA; busca de maior integração regional (contraposta aos EUA) e outras medidas internas para um socialismo no século 21 (PRS). Em 2008 o governo faz investimentos ambiciosos em estrutura, mas pressões começam a se acumular: é declarada moratória de USD 3,2 bilhões perante credores internacionais, que gera dificuldade do governo para obtenção

26 Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/equipas-moveis-do-acnur-registram-colombianos-no-norte-do-equador/>>. Acesso em: 25 de agosto de 2015.

27 Pelas Agências Sueca para a Cooperação e Desenvolvimento Internacional e a Canadense de Desenvolvimento Internacional (Citizen Security Database).

crédito com outros países (PRS) e, em 2009, o desenvolvimento desigual continua alto (FSI). A queda no desenvolvimento econômico enfrentada até 2010 (cf. **Figura 3**) forçou o governo a repensar a rigidez de sua postura socialista. Ao fim do ano, já haviam sido concluídas renegociações com companhias exploradoras de petróleo – buscando um aumento no lucro na extração da *commodity* –, medidas financeiras ortodoxas foram aplicadas e, em 2012, o setor minerador foi aberto ao mercado externo (PRS). Um resultado positivo do modo de implementação dessas políticas foi uma melhora significativa na distribuição de renda no país (FSI).

As oposições internas (1980 –) no país são uma síntese das políticas de governo, consideradas pelo CB como crise violenta de 2006 a 2013 – exceto em 2008, como crise não-violenta –, sendo sugeridas duas datas de início para a questão: 1980 e 1998²⁸. O ano de 1980 remete a causas estruturais de indignação, enquanto a comoção de 1998 indica uma questão conjuntural. As causas do problema podem ser divididas nos períodos dos governos Palacio (2006) e Correa (2007 –).

A oposição em 2006 é contrária a medidas neoliberalizantes do governo e má gestão pública. Manifestantes recusavam a inserção equatoriana na ALCA e exigiam fim do contrato com a *Occidental Petroleum* (OXY), enquanto trabalhadores da estatal Petroecuador exigiam melhores condições de trabalho e fim de corrupção na empresa. Entre janeiro e março, dúzias de pessoas foram feridas e foi declarado estado de emergência por um dia; de março a junho, 14 pessoas foram feridas, um estudante morreu, e foi declarado estado de emergência mais duas vezes – em cinco cidades e três regiões diferentes, incluindo a capital, Quito (HIIK 2006: 36).

A partir de 2007 há um aumento da polarização das elites políticas no país. Já vimos que medidas recessivas a partir de 2010 tiraram muitos da pobreza (FSI), mas o fracasso de Correa em aumentar significativamente os padrões de vida gerais no país levou a uma queda geral de sua popularidade e um fortalecimento da oposição (PRS). O principal líder dessa oposição é Álvaro Noboa, um dos homens mais ricos da América Latina, líder do Partido Renovador Institucional

28 Sendo 1998 nas edições de 2006 e 2008 (HIIK, 2006; HIIK, 2008) e 1980 nas demais edições (HIIK, 2007; HIIK, 2009; HIIK, 2010; HIIK, 2012 HIIK, 2013; HIIK, 2014).

Acción Nacional (PRIAN), partido de direita com tendências populistas (PRS). Outra parcela insatisfeita é a população de minorias como indígenas e negros, organizadas em grupos como o CONAIE²⁹ e FENOCIN³⁰, lutando por questões ecológicas (e utilização de recursos) e direito de classe.

O apreço de Correa às instituições democráticas é fortemente questionado por seus opositores: apesar da falta apoio no congresso ao assumir a presidência (2007), conseguiu maioria numa constituinte que suspendeu os congressistas de 2008 a 2009, ano em que se reelege com maior apoio no congresso sob uma recém-aprovada constituição que ampara a presidência com maiores poderes que a anterior (PRS). Em 2010 (HIIK, 2010: 47), 250.000 pessoas se mobilizaram após a suspensão de uma rede televisiva de oposição por parte do governo. Com efeito, a polarização das elites se manifesta na mídia, em que a parte privada é mais afinada com a oposição, havendo recorrentes críticas de censura – incluindo ocorrências de perseguições a jornalistas (2010), revogação de licença a uma estação de rádio ligada ao FENOCIN (HIIK, 2010: 47), proposta de maior controle do governo sobre a mídia (2011) e limitação da cobertura midiática durante período eleitoral (2013)³¹.

Em 2010, dois ministros de Correa se demitiram e se integraram à FENOCIN; a CONAIE – contrária a leis de mineração e uso da água – chegou a bloquear estradas e o congresso, atirando pedras nos parlamentares (HIIK, 2010: 47); e Correa foi sequestrado por policiais em ato de protesto às medidas de austeridade do governo (menção irregular do CB), tendo que ser socorrido pelo exército (HIIK, 2010: 4). Protestos de cunho ideológico e contra má utilização de recursos continuaram em 2013, com manifestações de vários movimentos indígenas, incluindo (principalmente) o CONAIE. Frentes trabalhistas também se manifestaram contra medidas financeiras restritivas (HIIK, 2014: 81-2). Perante o quadro crescente de caos, implementou-se

29 Confederação de Nacionais e Indígenas do Equador. Informações em: <<http://www.conaie.org/en/conaie>>. Acesso em: 27 de agosto de 2015.

30 Confederação Nacional de Organizações Camponesas, Indígenas e Negras do Equador. Informações em: <<http://www.fenocin.org/>>. Acesso em: 27 de agosto de 2015.

31 Dados dos relatórios anuais da Freedom House sobre o Equador, de 2008, 2011, 2012 e 2013. O país é considerado “parcialmente livre” por essa instituição. Disponível em: <<https://www.freedomhouse.org>>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

em 2011 um programa para melhora da qualidade e análise de informação, para empoderar estrategicamente operações policiais (*Citizen Security Database*)³².

Apesar da reeleição de Correa em 2013, parece difícil atender às expectativas de mais um mandato. O governo está fragilizado frente a fissuras no próprio Alianza PAIS e presença forte do PRIAN e a CONAIE – essa última com grande capacidade de pressão por violência política, contrária a políticas de exploração de recursos e meio ambiente, e exigente com a performance geral de Correa, inclusive suas políticas sociais (PRS).

Peru: questões específicas e situação atual

O Peru tem território de 1.285.215km² e população (em 2000) de 25,66milhões, com grupos de indígenas ameríndios (45%), mestiços (37%), brancos (15%) e outros (3%) (PRS). Com matriz econômica fortemente baseada na agroexportação e mineração³³, a maior parte da população pratica agricultura de subsistência. Durante a década de 1990 o país veio lentamente se recuperando da pior crise de sua história (décadas de 70, 80 e início de 1990), mas gestões falharam em corrigir mazelas socioeconômicas. Após 10 anos sob o comando de Alberto Fujimori, marcados por repressão, restrições de liberdades civis e corrupção, o Peru inicia o século XXI com altíssima concentração de renda, 59,2% da população economicamente ativa no mercado informal, taxa de desemprego em 7,4%, e ainda com alta taxa de mortalidade materna e 1/5 da população sem acesso a fontes adequadas de água (THOMAS, 2006: 1267-8). O país também apresenta problemas de produção e tráfico de cocaína, tráfico de pessoas, extorsão, falsificação e lavagem de dinheiro, e tráfico de armas (*Insight Crime*)³⁴. Presidentes (mandatos de cinco anos iniciados ao meio do ano) de 2006 a 2013 foram: Alejandro Toledo Manrique (2001 –

32 Pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Disponível em: <<http://www.iadb.org/es/proyectos/project-information-page,1303.html?id=EC-L1098>>. Acesso em: 31 de julho de 2015.

33 Que sozinha constitui cerca de 60% dos ganhos das exportações (PRS).

34 Disponível em: <<http://es.insightcrime.org/noticias-sobre-crimen-organizado-en-peru/peru>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

2006), fundador do partido liberal Perú Possible; Alan Garcia Perez (2006 – 2011), do Partido Aprista Peruano (orientação centro-esquerda); e Ollanta Moises Humala Tasso (2011 –), ex-militar, fundador do Partido Nacionalista Peruano (partido de esquerda).

A trajetória peruana no período estudado é marcada por políticas liberalizantes, como os acordos de livre-comércio com os EUA (em 2005 e ratificados em 2007) e União Europeia (2010), a que se atribui altas na economia (cf. **Figura 2**) (PRS). No entanto, o Peru durante esse período é marcado por uma forte distribuição desigual de riquezas (dados do CB, FSI e PRS), que se concentra na capital, Lima, em detrimento das províncias vizinhas (ao leste) (PRS). E as principais causas de suas oposições internas (2008 –) têm sido a aversão a políticas liberalizantes e de mineração³⁵ por parte de, principalmente, produtores rurais e grupos indígenas (dados do CB e PRS).

Em 2007 foi descoberto esquema de corrupção no governo sobre repasse desigual de recursos entre as províncias, agricultores locais protestaram contra a concorrência desleal gerada pelos acordos de livre comércio com os EUA, e houve mobilizações populares para impedir a expansão das indústrias de mineração e seu uso agressivo da terra. O governo Garcia, além de admitir gestão falha no alívio da pobreza, (i.e., fome e sofrimento da população rural), respondeu às greves com repressão violenta e às mobilizações com o envio de vinte projetos de mineração ao congresso, de modo a afastar a questão da influência de grupos locais (PRS).

Em 2008, uniões mineradoras, províncias ricas em minérios, tribos indígenas e estudantes protestaram contra o tratado de livre-comércio, aumento no preço de alimentícios, e possível medida de privatização da água; exigindo melhores serviços públicos, maiores salários e redistribuição justa de impostos. Respostas a uma greve de fevereiro resultaram em quatro mortos, milhares de feridos, mais de 700 presos e declaração de estado de emergência em oito províncias. Mais outros dez conflitos de graus elevados de violência ocorreram antes de o ano terminar (HIIK, 2008: 51).

Durante 2009 e 2010 (HIIK, 2009: 49-50; HIIK, 2010: 50), houve várias manifestações a nível nacional contra as políticas de livre-comércio e mineração (por questões de utilização de recursos

35 Embora os projetos de mineração façam parte de políticas de abertura ao capital externo, protestos contra as leis de mineração referem-se ao uso adequado de recursos.

e degradação ambiental), contando também com organizações como a Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDSESP³⁶), em 2010, lutando contra várias restrições de direitos aos indígenas. Os protestos sobre mineração continuam com uma contagem preocupante de mortos (2008 – 2011), alto nível de violência e um grande número de feridos (2008 –), pela contagem do CB (HIIK, 2012: 61; HIIK, 2013: 58; HIIK, 2014: 89-90). O governo Garcia se encerra (2011) focado em responder ao cenário de recessão econômica mundial iniciada em 2009, com popularidade altamente corroída.

O cenário de crise no período é acompanhado de diversas políticas pró-segurança cidadã (*Citizen Security Database*). A Polícia Nacional investe no combate ao crime (2006), com a institucionalização de um sistema avançado para consulta de dados sobre delitos criminais³⁷; é lançado um programa de tratamento penitenciário para reinserção social (2007), que busca reduzir a violência na sociedade³⁸; e o Conselho de Ministros do Peru executa programas para paz social e estabilidade em áreas experienciando crise emergente (2009)³⁹. Além de uma estratégia para mecanismos legais de auxílio aos pobres pelo Banco Mundial (2010)⁴⁰, são implementados pelo BID (Bando Interamericano de Desenvolvimento) projetos de capital social para prevenção de violência (2007)⁴¹, consolidação democrática de segurança cidadã (2008)⁴² e

36 Informações em: <<http://www.aidesep.org.pe/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2015.

37 Disponível em: <<http://www.chsalternativo.org/contenido.php?men=S&pad=14&hij=20&pla=3&sal=2&id=E>>. Acesso em: 31 de julho de 2015.

38 Disponível em: <http://seguridadenbarrios.cl/buenaspracticasenprevencion.org/bbp_docs/29_programa_de_tratamiento_CREO_y_FOCOS.pdf>. Acesso em: 31 de julho de 2015.

39 Disponível em: <http://eeas.europa.eu/ifs/publications/articles/rep2/reportage_vol2_chapter9_peru-programme_of_support_for_social_peace_and_stability_en.pdf>. Acesso em: 31 de julho de 2015.

40 Disponível em: <<http://www.worldbank.org/projects/P125551/round-23-peru-integrated-legal-strategiese-poor?lang=pt>>. Acesso em: 31 de julho de 2015.

41 Disponível em: <<http://www14.iadb.org/es/proyectos/project-information-page,1303.html?id=PE-T1055>>. Acesso em: 31 de julho de 2015.

42 Disponível em: <<http://www.iadb.org/en/projects/project-description-title,1303.html?id=PE0249>>. Acesso em: 31 de julho de 2015.

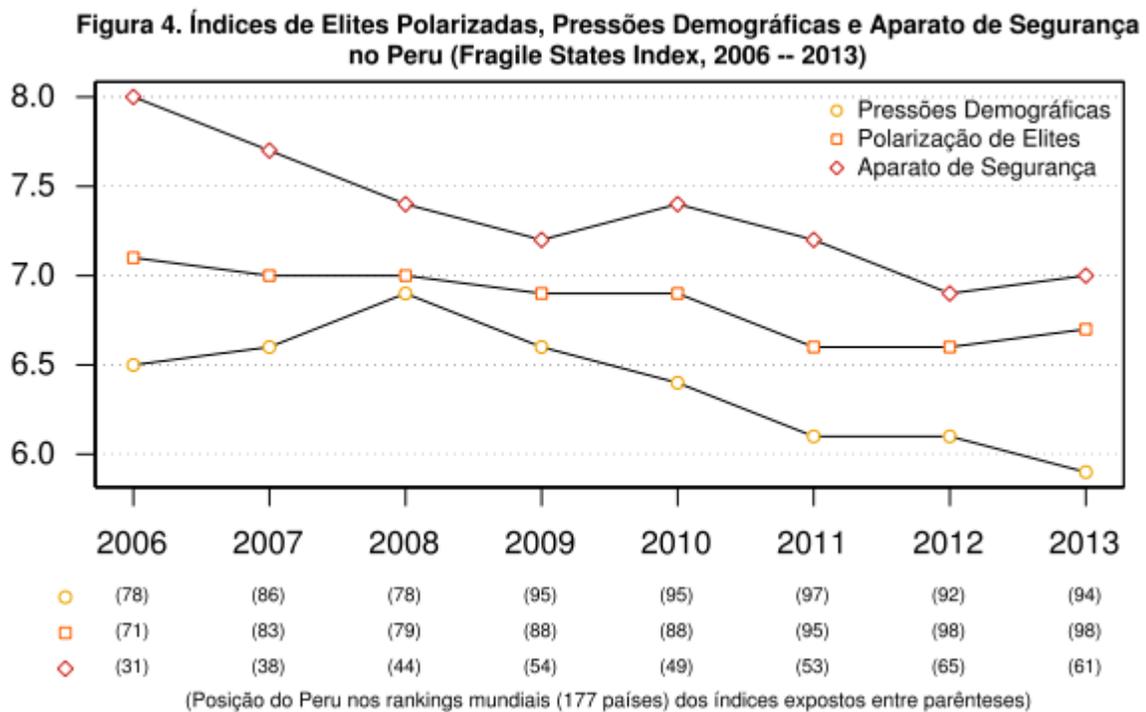
prevenção/atenção à violência doméstica em Manchay (2009, de abrangência municipal)⁴³. Com efeito, índices de pobreza e declínio econômico tem apresentado melhora desde 2010 (FSI).

Originalmente de discurso radical e apoiado pelas províncias mais pobres, Humala Tasso assume a presidência (2011) moderando seu discurso, disposto a atrair investimentos para um desenvolvimento sustentável do país; mas tem enfrentado legados problemáticos de política econômica, oposição interna, e questões sociais mal resolvidas de gestões anteriores (PRS). Um embate na governança de Humala, proveniente da polarização das elites, se expressa na rotatividade dos ocupantes do cargo de Primeiro Ministro. Com a indicação presidencial para Oscar Valdes (dezembro de 2011), houve receio de militarização do governo (Valdes foi o professor de Humala na escola militar). Ao indicar Juan Jimenez (julho de 2012), advogado em defesa dos direitos humanos, a abordagem frente aos protestos gerou receio de diminuição dos investimentos em mineração. Já Cesar Villanueva (outubro de 2013), primeiro a ocupar o cargo por eleição, aceita função de negociar com as províncias insurgentes, mas prioriza a atração de investimentos para o progresso do país (PRS). Humala fica dividido entre a busca de um bom diálogo com as províncias orientais do país e a manutenção de um crescimento econômico regado a investimentos estrangeiros.

Enquanto grupos pressionam o governo através do próprio sistema político (elites polarizadas) para o continuar dos avanços econômicos, minorias – segmentadas por raça, patamar econômico e localização geográfica – vêm prometendo a manutenção de crise violenta no país em defesa do meio ambiente, correção das desigualdades sociais e direitos humanos de forma geral. Em 2013 há uma queda dos preços de venda de minérios – que impulsionaram boa parte do crescimento dos cinco anos anteriores – e o crescimento do PIB começa a diminuir (PRS); o que não ajuda o governo a resolver conflitos postos por nenhuma parte da oposição. Somado ao fato da descoberta de um escândalo de corrupção na polícia (2013), a percepção pública é de que a abordagem econômica para corrigir desigualdades e melhorar o padrão de vida da população vem falhando e a violência aumentando, o que gera queda de popularidade da presidência (PRS).

43Disponível em: <<http://www.iadb.org/en/projects/project-description-title,1303.html?id=PE-T1193>>. Acesso em: 31 de julho de 2015.

Portanto, os problemas centrais do país estão relacionados às condições básicas de vida⁴⁴ e questões ambientais (*pressões demográficas*, FSI); luta por poder, competição política e corrupção (*polarização de elites*, FSI); conflito interno, proliferação de armas, revoltas e protestos, atividade rebelde, e prisioneiros políticos (*aparato de segurança*, FSI). Uma síntese do andamento dessas questões é ilustrado na **Figura 4**⁴⁵.



A situação do Peru apresenta um ciclo problemático: com um alto grau de polarização das elites gerando imobilidade no congresso, o governo não consegue adereçar soluções para as pressões demográficas (violência estrutural) de maneira eficiente. O que implica num aumento de conflito

44 Mortalidade elevada, acesso a água, comida, tratamento de saúde.

45 Os valores do coeficiente de Pearson são: 0,859 entre aparato de segurança e polarização das elites; 0,816 entre polarização das elites e pressões demográficas; e 0,577 entre pressões demográficas e aparato de segurança.

interno, revoltas e protestos (violência direta). Perante situações críticas, posturas para correção do aparato de segurança falho – que envolve a resolução das pressões demográficas acumuladas – levam à insatisfação da elite política opositora. A cada vez que o ciclo é vivenciado, acumulam-se taxas de violência direta e estrutural. E o quadro fica ainda pior ao se considerar a presença do Sendero Luminoso⁴⁶ no país (1980 –).

Grupo de ideologia maoista, pró-guerrilha e dissidente do Partido Comunista do Peru, o Partido Comunista do Peru – Sendero Luminoso (PCP-SL, ou Sendero Luminoso) foi fundado em 1970 por Abimael Guzman, iniciando ações violentas em 1980 numa “guerra popular” (*Insight Crime*). Grande parte do grupo foi rendida durante a década de noventa por esquadrões da morte e repressões sociais, durante os mandatos de Alberto Fujimori⁴⁷. Estimativas da Comissão da Verdade e Reconciliação apontam⁴⁸ que o grupo matou cerca de 31.000 pessoas entre 1980 e 2000, com métodos extremamente brutais. O trauma da sociedade peruana ao grupo é exposto em memorial sobre violência sofrida pelo país nos últimos 30 anos⁴⁹ (*Citizen Security Database*).

Preso em 1992, Guzman é sentenciado definitivamente a prisão perpétua em 2006, mesmo ano em que o grupo ressurgiu sob acusações de envolvimento com tráfico de drogas (HIIK, 2006: 38). Implicações desse ressurgimento foram a criação de uma força policial especial para luta ao tráfico de drogas e terrorismo, por decreto presidencial (2006, governo Toledo), e tentativa falha de implementação de pena de morte para crimes de terrorismo (2007, governo Garcia), fortemente vexada internacionalmente (PRS).

O último líder leal a Guzman, Florindo Eleuterio Flores Hala – codinome "Camarada Artemio" – foi capturado em 2012, de modo que os operantes atuais não têm mais um comando ligado aos

46 Perfil do grupo disponível em: <<http://es.insightcrime.org/noticias-sobre-crimen-organizado-en-peru/sendero-luminoso-perfil>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

47 “Eu Governei do Inferno, não do Palácio”. Disponível em: <<http://www.cja.org/article.php?id=381>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

48 O governo Toledo foi o primeiro a concluir um mandato consolidando as instituições democráticas após o período Fujimori. Nele foram implementadas recomendações da Comissão da Verdade e Reconciliação, responsável pelo estudo de violações e abusos dos direitos humanos – tanto pelos dissidentes quanto pelo governo – entre 1980 e 2000 (PRS).

49 “Lugar de la Memoria”, financiado pela Agência Sueca para a Cooperação e Desenvolvimento Internacional. Disponível em: <http://estudiopalma.cl/lugar_de_la_memoria>. Acesso em: 31 de julho de 2015

fundadores do grupo. Uma facção ainda persiste, liderada pela família Quispe Palomino, atuando fortemente na região do Vale do Rio Apurímac, Ene e Mantaro (VRAEM), como escolta para traficantes de drogas em troca de dinheiro e armas. De pronto essa atividade é problemática por facilitar a rota de drogas (especialmente cocaína) da Bolívia para o Brasil (*Insight Crime Foundation*). De 2006 a 2013, conflitos do Sendero Luminoso entre forças policiais ou do exército são constantes, gerando contingentes anuais de mortos e feridos⁵⁰.

Hoje o grupo por si só não representa mais uma ameaça à estabilidade do Estado, mas ataques contra policiais e outros grupos de segurança, a despeito de escoltarem traficantes ou não, são fonte de perturbação para o governo. O mais grave, no entanto, relaciona-se à incapacidade do governo de erradicar as plantações ilegais de coca em regiões como o VRAEM, que são protegidas pelo Sendero Luminoso (*Insight Crime*). Frente à violência estrutural que atinge os fazendeiros na forma de fome, a presença do grupo garante um meio de sobrevivência: o plantio de coca. Isso faz as atividades violentas do Sendero Luminoso e o narcotráfico se integrarem aos desafios do governo para a erradicação de problemas estruturais do país.

Dos atuais conflitos no Peru, a disputa fronteiriça com o Chile é a de menor importância, sendo clareada de pronto. A Guerra do Pacífico (1879 – 1883) deixou uma questão mal resolvida sobre limites marítimos⁵¹ entre Peru e Chile, mas que também envolve a Bolívia e Equador. Graças a pactos tripartites sobre direito à pesca feitos em 1952 e 1954, qualquer alteração no status quo dos atuais limites marítimos afetará o Equador, enquanto uma resolução pró-Peru afetará relações do Chile com a Bolívia (já que o Chile negociou acesso soberano ao mar da Bolívia, que perdeu todo o acesso ao mar ao fim da Guerra do Pacífico) (PRS). Apesar de em 2013 a resolução ser adiada para 2014, todos os envolvidos concordam no aceite do ultimato a ser dado pela CIJ (HIIK, 2014: 90).

50 Dados das edições 2006 a 2013 do Conflict Barometer.

51 Informações em: <<http://www.coha.org/boliviachile-pacific-access/>>. Acesso em: 27 de agosto de 2015.

Considerações Finais

Identificar ameaças à paz e potenciais conflitos implica na análise da violência em suas várias dimensões – que é uma face complementar (dialética) da paz (GALTUNG, 1996: 89) – e fontes de tensões numa sociedade. Aqui não é estudada a violência cultural, que se relaciona ao estudo de civilizações e exige vasto conhecimento de aspectos simbólicos da existência humana numa civilização – religião, ideologia, linguagem, arte, ciências empírica e formal (GALTUNG, 1996: 196) –, algo fora do escopo de nossa pesquisa e da expertise dos autores. Contudo, manifestações diretas e estruturais da violência, relacionadas a conflitos manifestos de interesse, ajudam a entender de onde vêm as ameaças para os países estudados.

Sumariamente, o Equador e o Peru enfrentam *crises violentas* profundamente enraizadas em violências estruturais (repressões, explorações, desigualdades), *de grande resiliência e capacidade de renovação*, constituindo ameaças em si mesmas. Grupos como o CONAIE, FENOCIN e AIDSESEP lutam por realizações que se opõe ao “crescimento econômico” dos países. Elites econômicas contrárias às diminuições do ritmo de crescimento aparecem na esfera política e geram embate à solução de problemas de violências direta e estrutural. Já as camadas menos favorecidas transbordam violências estruturais por elas vivenciadas pelas manifestações de violência direta (protestos, greves, agressões, etc.). Enquanto o Equador é amortecido pela desconcentração de renda dos últimos anos, o cenário no Peru é menos clemente, em que maiores níveis de violência estrutural se acumulam e as violências diretas têm maior truculência.

Crime organizado, narcotráfico, pobreza extrema e infraestruturas insuficientes são geradas por violências estruturais e geram contingentes preocupantes de conflitos e violência direta, ameaçando a paz e potencializando conflitos existentes. Em outras palavras, as “novas ameaças” atualmente figuram as ameaças fulcrais enfrentadas pelo Equador e Peru. Por suas similitudes e fortalecimento pareado, pode haver o transbordamento fronteiro das crises, especialmente do Peru para o Equador, tendo como vetor o narcotráfico e crime organizado, potencializadores de suas causas.

Referências Bibliográficas

BOULDING, Kenneth E. (1977), “Twelve Friendly Quarrels with Johan Galtung”. *Journal of Peace Research*, vol. 14, No. 1, pp. 75-86.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. (2003), *Regions and Powers: the structure of international security*. Cambridge/New York, Cambridge University Press.

COLLIER, Paul; HOFFLER, Anke. (2000), “Greed and grievance in civil war”. World Bank Working Paper Series 2000-18, April 26, Washington, DC.

CPR (World Bank's Conflict Prevention and Reconstruction Team). *Conflict Analysis Framework (CAF)*. Social Development Department, World Bank, 2005.

DONADIO, Marcela; TIBILETTI María de la Paz. (2014), *Atlas comparativo de la defensa en América Latina y Caribe: edición 2014*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, RESDAL.

FEARON, James D. (2005), “Primary Commodity Exports and Civil War”. *The Journal of Conflict Resolution*, vol. 49, No. 4, pp. 483-507.

FERREIRA, Marcos Alan S. V.; SANT'ANA, Theo R. (2015), “As Bases de Dados para Pesquisas em Paz e Conflitos: funcionalidades, similitudes e diferenças”. *Boletim Meridiano* 47 vol. 16, No. 149, pp. 20-28.

FFP (*The Fund For Peace*). (2014), *Fragile States Index 2014*. Washington: *The Fund For Peace*.

GALASTRI, L. de Oliveira. (2005), *A missão de observadores militares Equador-Peru – MOMEPE (1995 – 1999) e a participação do Exército Brasileiro*. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

GALTUNG, Johan. (1964), “Editorial”. *Journal of Peace Research*, No.1, pp. 1-4.

GALTUNG, Johan. (1969), “Violence, Peace, and Peace Research”. *Journal of Peace Research*, vol. 6, No. 3, pp. 167-191

GALTUNG, Johan. (1990), “Cultural Violence”. *Journal of Peace Research*, vol. 27, No. 3, pp. 291-305.

GALTUNG, Johan (1996), *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. International Peace Research Institute, Oslo.

HØIVIK, Tord. (1977), “The Demography of Structural Violence”. *Journal of Peace Research*, vol. 14, No. 1, pp. 59-73.

IIK (2006), *Conflict Barometer 2006*. Department of Political Science, University of Heidelberg.

IIK (2007), *Conflict Barometer 2007*. Department of Political Science, University of Heidelberg.

IIK (2008), *Conflict Barometer 2008*. Department of Political Science, University of Heidelberg.

IIK (2009), *Conflict Barometer 2009*. Department of Political Science, University of Heidelberg.

IIK (2010), *Conflict Barometer 2010*. Department of Political Science, University of Heidelberg.

IIK (2012), *Conflict Barometer 2011*. Department of Political Science, University of Heidelberg.

IIK (2013), *Conflict Barometer 2012*. Department of Political Science, University of Heidelberg.

IIK (2014), *Conflict Barometer 2013*. Department of Political Science, University of Heidelberg.

HOLSTI, K. J. (1995), "War, Peace, and the State of the State". *International Political Science Review/Revue internationale de science politique*, vol. 16, No. 4, Dangers of Our Time. Les dangers de notre temps, pp. 319-339.

PETTERSSON, T; WALLENSTEEN, P. (2015), "Armed Conflicts, 1946-2014". *Journal of Peace Research* vol.52, No.4, pp. 536-550.

PUREZA , José Manuel e CRAVO, Teresa. (2005), "Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, No. 71, Junho 2005, pp. 5-19.

R Core Team (2015). *R: A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL <http://www.R-project.org/>.

RICHMOND, Oliver P. (2015), "The Impact of Socio-Economic Inequality on Peacebuilding and State building". *Civil Wars*, vol. 16, No. 4, pp. 449-467.

SAINT-PIERRE, Héctor L. (2011) ""Defesa" ou "Segurança"? Reflexões em torno de Conceitos e Ideologias". *Contexto Internacional* – vol. 33, No. 2, pp. 407-433.

THEMNÉR, Lotta. (2014), *UCDP/PRIO Armed Conflict Dataset Codebook*. Uppsala Conflict Data Program (UCDP).

THOMAS, Leonard M. (org.). (2006), *Encyclopedia of the developing world*. New York, Taylor & Francis Group, LLC.

RICRI Vol.3, No.5, pp.136-163.

WIBERG, Håkan. (2005), “Investigação para a Paz: Passado, presente e futuro ”. Revista Crítica de Ciências Sociais, No. 71, Junho 2005, pp. 21-42.

YOUNG, Nigel. (2013), “Concepts of Peace: From 1913 to the Present”. Ethics & International Affairs, 27, No. 2, pp. 157-173.